

**GRAMÁTICAS PORTUGUESAS DA INFÂNCIA:
SÉCULOS XIX E XX**

Márcia Antonia Guede Molina (UFMA)
maguemol@yahoo.com.br

RESUMO

Nosso objetivo neste trabalho é o de analisar linguisticamente gramáticas dirigidas à primeira infância utilizadas em Portugal no século XIX e início do XX, por professores particulares, ou por aqueles empregados no chamado Curso Elementar ou Primário, estudando sua partição e conteúdo (disposição, redação e abrangência), verificando por que teriam elas esse público tão específico e em que sentido diferiam, considerando as características do “ser criança” no século XIX e início do XX. Selecionamos para o trabalho as seguintes obras: *Resumo da Grammatica Preparatoria da Infancia*, 1899, de Jacob Bensabat; *Grammatica Portugueza Elementar*, 1894, de A. Epiphany da Silva Dias; e a *Grammatica das Crianças*, 1925, de Cândido Figueiredo. O trabalho faz-se importante porque pretende historiar as obras dadas a público naquele momento histórico e época em que se começava a pensar a língua como elemento de consolidação da cidadania brasileira em oposição à portuguesa. Além disso, a pesquisa foi relevante, porque não constam publicações que se debrucem sobre obras gramaticais produzidas naquela ocasião, para esse público específico, em continentes tão distantes e tão próximos... Nosso arcabouço teórico foi o da História das Ideias Linguísticas, ancorados, principalmente em Auroux (1989, 1992), Orlandi (2002) e Fávero e Molina (2006 e 2019).

Palavras-chave:

Portugal. Curso elementar. Séculos XIX, XX. Gramática da infância.

1. Introdução

Neste artigo, temos por objetivo divulgar um trabalho que vimos realizando na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), apoiados por essa Instituição, vinculado ao grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, intitulado “Português em contextos interdisciplinares”, na linha “Língua, Cultura e História”.

Esse nosso estudo abrange as gramáticas portuguesas da primeira infância, comparando-as com as nossas aqui produzidas, no século XIX. Para este trabalho, selecionamos um recorte dessa pesquisa, centrando nosso olhar nas seguintes obras portuguesas: *Resumo da Grammatica Preparatoria da Infancia*, 1899, de Jacob Bensabat; *Grammatica Portugueza Elementar*, 1894, de A. Epiphany da Silva Dias; e a *Grammatica*⁵⁰

⁵⁰ Para a análise das obras, atualizamos a ortografia.

das Crianças, 1925, de Cândido Figueiredo Esclarecemos que a última, a de Cândido de Figueiredo, dada nossa limitação espacial aqui, encontra-se mais densamente analisada na obra: e “As concepções linguística no Brasil no século XIX e início do XX: Gramática da Infância” (FAVERO; MOLINA, 2019). Nosso arcabouço teórico foi o da História Cultural (CHARTIER, 1992) e da História das Ideias Linguísticas, ancorados, principalmente em Auroux (1989, 1992), Orlandi (2002) e Fávero e Molina (2006, 2019). Esclarecemos que delimitamos nosso olhar para os dados gerais, morfologia e sintaxe, deixando o aspecto material das gramáticas para um outro trabalho.

Com a finalidade de melhor compreendermos os fatos linguísticos, traçaremos, inicialmente, um breve cenário educacional do período, em Portugal.

1. Portugal e a escola: séculos XIX e início do XX

O século XIX foi um século muito peculiar em praticamente todo o mundo ocidental: muitas correntes filosóficas permearam o imaginário do homem daquele século, o Liberalismo mudou a sociedade, apregoando e difundindo a ideia de liberdade e estabelecendo governos liberais, em vários países. A ciência ganhou espaço e seus avanços acabaram por transformar a forma de se ver o mundo... As grandes descobertas revolucionaram as pesquisas e os meios de comunicação aproximaram distâncias.

Em meio a tudo isso, embora a efervescência cultural ganhasse espaço nos grandes centros, a Escola, em todo esse momento mágico de grandes transformações, pouco (quase nada mesmo), mudou. A escola continuava (ou continua?) praticamente sem direção, com poucos mestres, com muitas reformas que praticamente ficavam somente no papel.

Quanto aos métodos de ensino, vale lembrar que os primeiros estudos sobre ele, de acordo com OLIVEIRA (1874), tiveram início nas últimas décadas do século XVII, vindo a consolidar-se no século XVIII, girando em torno de quatro teorias educacionais. **Escola Pia** – fundada por Francke, na Alemanha, que defendia a ideia de que a educação deveria ser entendida como vivo conhecimento de Deus; **Escola Humanista**, que dizia serem os estudos das humanidades o centro de todo processo de educação; **Escola Filantrópica**, centrada em Comenius, Rousseau e Locke, defendia a ideia de que a educação deveria centrar-se nas leis da natureza, diversidade do caráter, força e vocação dos meninos. Ensinando-os

na medida em que pudessem aprender, de forma agradável; e a **Escola Eclética**, que reunia os pontos positivos das demais, sendo Pestalozzi seu principal representante. Essas teorias educacionais deram origem a vários métodos que foram ao longo do século XVIII e XIX de forma mais ou menos ponderada, adotados tanto aqui quanto em Portugal e nortearam o fazer de muitas obras didáticas no período.

Oliveira (1874) já alertava que a aplicação de qualquer método de ensino dependeria das disponibilidades: ou seja, materiais, condições estruturais das escolas e até mesmo dos professores e esses desenvolveriam papel primordial. Para esse estudioso, assim deveria ser o docente:

Puro nos costumes,
no dever exacto Modesto, polido, cheio de bondade.
Paciente, pio firme no caracter.
Zeloso, ativo e tão prudente
Em punir como em louvor:
Agente sem ambições, apóstolo
Em que a infância se modela.
Espelho em que o mundo se reflete.
Mytho de sacerdote, juiz e pai.
Eis o mestre, eis o professor. (OLIVEIRA, 1874. p. 258)

Não havia em Portugal, tanto quanto no Brasil, uma regulamentação que, de fato, funcionasse, num modelo educacional elitista e escludente. A primeira lei, a de novembro de 1772, foi a tentativa inaugural no mundo de organização do ensino primário oficial (não podemos nos esquecer de que em 1759, a atividade jesuítica fora bruscamente interrompida por decisão do Marquês de Pombal em 1759 ao decretar a expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses).

Em 1902, num inquérito ensejado pela Associação dos Jornalistas de Lisboa, numa medida para diminuir ou acabar com o analfabetismo, propunha que, quem não soubesse escrever, ficaria proibido de casar-se, já que nas atas do casamento eram exigidas assinaturas.

O analfabetismo em Portugal só não era maior que no Brasil: censos do final do século XIX revelam o seguinte cenário, para os moradores do continente.⁵¹:

⁵¹ Rui GRÁCIO, “Ensino Primário e Analfabetismo”. In: *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão), vol. II. Lisboa, 1971

Ano	Índice
1878	79,4%
1890	76%
1900	74,1%

No Brasil, os índices ultrapassavam os 90%.

Na realidade, o assunto “Educação” permeou as discussões dos Constituintes, durante a elaboração da Constituição de 1822. Em 1835, Rodrigo da Fonseca Magalhães, asseverava, na Introdução aos decretos de 7 de setembro de 1835: “Sem instrução, a inteligência, como planta inculca, definharia improdutiva; as relações sociais seriam continuamente interrompidas e embaraçadas; as transações mais frequentes da vida sem veículo, a liberdade sem sustentáculo, e os progressos da razão, da verdade, e da moral impossíveis”.

Havia, nessa ocasião, em Portugal, uma divisão social bem clara, imposta pelas escolas: as primárias, para os pobres; e os liceus, para a classe alta. A esses só chegava, de fato, a elite.

Recorde-se de que os liceus foram criados na França, bem no início do século XIX. O termo LICEU está cunhado no glossário educacional pela lei de 11 de Floreal do ano X do calendário revolucionário (que corresponde ao nosso 1 de maio de 1802)⁵², no governo de Napoleão Bonaparte, tendo sido criado para substituir as escolas centrais da Revolução Francesa. Em Portugal, essas instituições foram instituídas depois da Revolução Portuguesa de 1836, embora sua consolidação ocorreria somente ao longo do século.

Destacamos também que havia uma diferença muito grande (tanto quanto aqui no Brasil) entre a escola das regiões mais centrais e as das periféricas. Nessas, havia poucos professores, escassez de materiais, de transporte..., história que por nós é bastante conhecida.

Frisamos, contudo, que o saber ler era de muita importância para aquela sociedade (melhor, para todas...) e condição imprescindível para quem quisesse exercer determinadas funções, até para o emigrante que desejasse, ao final do século vir para o Brasil. Silva (s/d) mostra que o

⁵² Conforme Correia: *Dilemas do ensino secundário – Liceal em Portugal nos alcores do liberalismo segundo a visão situada do Liceu Nacional do Porto*. In: **Educação, Sociedade e Culturas**, nº 42, 2014 – acessível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC42_06LuisCorreia.pdf – **acesso em 07/06/2019**.

analfabeto não podia ser, por exemplo, irmão da Misericórdia⁵³. Numa sociedade essencialmente católica, extremamente religiosa, pertencer a uma Congregação como essa seria algo como ter certo o caminho para os céus.

Naquele contexto, quem não soubesse escrever, deveria, pelo menos assinar o nome. Reforça essa importância a fala do escudeiro, em Inês Pereira, que, para conquistar a amada, assevera: “Sei bem ler e muito bem escrever”⁵⁴.

Documentos de Póvoa do Varzim mostram que séculos antes (entre 1580 a 1650) quem não detivesse esse saber, adotava algum tipo de “sinal”, sendo a cruz o mais comum, podendo vir ela somente ou com algum sinal que indicasse sua procedência.

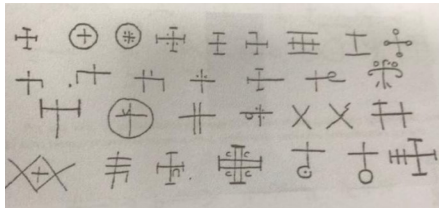


Imagem 1 – In: *História de Portugal* – Silva, F.R., p. 22.

Seguiam-se os sinais que poderiam ser indicativos de profissão⁵⁵:

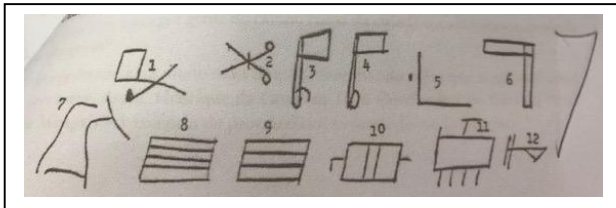


Imagem 2 – In: *História de Portugal* – Silva, F.R., p. 23.

⁵³ A Congregação dos Irmãos de Misericórdia foi fundada em 1850 e difundida até hoje, por apreço a valores e ideais de doação da vida em favor dos necessitados.

⁵⁴ VICENTE, Gil. *Farsa de Inês Pereira*, estudo, análise e notas de Alberto Monteiro SOARES, Porto, 1974.

⁵⁵ Como eu dois, alfaiate; em, 3 e 4, de fragueiros e lenhadores; 5 e 6 de carpinteiros; 7, de ferreiro. Os demais, adotados possivelmente por lavradores.

Esse cenário foi se modificando muito paulatinamente, chegando ao descrito em números percentuais relatados. Portanto, a necessidade crescente de alfabetização, o domínio da escritura e da leitura para ascensão social motivaram a criação de obras que foram utilizadas na escola, nas aulas de Gramática como se verá a seguir.

2. *Gramáticas da infância*

2.1. *Grammatica Portugueza Elementar*



Imagem 3 – Capa da Gramática de Epifânio da Silva Dias.

Do autor

Augusto Epifânio da Silva Dias, nascido em Lisboa em 1841 e falecido em 1916, foi um proficuo estudioso da literatura latina e da obra de Luís de Camões, sendo considerado um dos principais camonistas do seu tempo. Foi professor de Letras da Universidade de Lisboa. Autor de várias obras, dentre elas a obra em estudo e Sintaxe Histórica da Língua Portuguesa, com que iniciou vários gramáticos da língua portuguesa nos estudos sintáticos.

Da obra (Visão geral)

A gramática em estudo é a nona edição, revista, publicada em 1894⁵⁶. Trata-se de uma obra de pequenas dimensões (12,0 x 18,5 cm), mas grande volume e densidade de conteúdo. É importante destacar que houve alteração de seu título da quarta edição em diante. Inicialmente, intitulava-se: *Gramática Portuguesa para uso da instrução primária*. A partir, como se disse, daquela edição, como se viu que servia cabalmente para os exames introdutórios aos liceus, passou a chamar-se: *Gramática Portuguesa*. Nesse sentido, já no Prefácio da Primeira edição, o autor esclarecia que a obra compreendia um conteúdo muito além dos exigidos pelos e para o ingresso nos liceus portugueses⁵⁷, criticando: “já dissemos em outro lugar são os livros, em nosso entender, os que devem ser o norte dos programas oficiais, não o contrário (...)” (p. 5).

Em relação à sua partição, apresenta-se dividida em três partes: fonologia, morfologia e sintaxe, como as obras inspiradas no modelo histórico-comparativo; contudo, traz, antagonicamente, um apêndice à fonologia, em que discorre sobre ortografia, aproximando-se então, do modelo greco-latino.

Também ancorado no modelo latino (e, lembremo-nos de que o autor foi um esmerado latinista), assim define a gramática: “Gramática prática de uma língua é o tratado das leis que se observam, quando se fala ou se escreve uma língua” (p. 7) e por língua portuguesa: “Gramática prática de Língua Portuguesa é, pois, o tratado das leis que se observam quando se fala ou escreve a Língua Portuguesa” (*Idem*). Lembre-se de que foi Dionísio da Trácia (I a.C.) o organizador e primeiro autor de uma gramática na Antiguidade – *Técne grammatiké* – editada pela primeira vez em 1715 e cuja influência pode ser observada até hoje em muitas obras do Ocidente. Para esse autor, de acordo com Robins e Bergeaud (1983), por gramática poder-se-ia compreender o conhecimento prático (e não especulativo) da língua pelos poetas e prosadores.

Na morfologia, apresenta nove classes de palavras, a saber: substantivo, adjetivo, pronomes, numerais, verbos, advérbios, preposição, conjunção e interjeição. Aponte-se aqui o fato de ele considerar distintos os numerais e o fato de não considerar o artigo uma classe de palavra. Como latinista que era, essa era uma compreensão esperada. Lembre-se

⁵⁶ Primeira edição de 1876.

⁵⁷ Cf. Decreto de 1860.

do fato de que muitos consideravam que tal classe de palavra conspurcava o idioma.

Na sequência, aponta palavras “declináveis” e, amparado no modelo latino, explica: “Uma palavra declinável posta ou considerada em seu estado fundamental, chama-se radical ou tema (...)” (p. 20).

Em relação à flexão, anote-se que liga o gênero ao sexo, possivelmente por sofrer influência das correntes naturalistas que habitavam o imaginário do homem da época: “Muitos substantivos têm uma forma quando qualificam seres do sexo masculino, outra quando qualificam seres do sexo feminino (...)” (p. 21).

Em relação aos pronomes, também ancorado na gramática latina, informa que os “reflexos” têm “três casos, sem distinção de gênero e número” (p. 30). Sublinhe-se que, embora não considere o artigo uma classe, coloca-o como “apêndice” ao pronome.

Apresenta um longo e minucioso estudo do verbo, com, inclusive, modelos de conjugação e propostas de exercícios, mostrando-nos, novamente, a influência do modelo greco-latino, não se aproximando em nada do que esperaríamos hoje numa gramática para infância, ou mesmo, um estudo elementar.

Recordemo-nos de que em Portugal, a escola era, principalmente, para a classe dominante, ou seja, só chegava à escola as crianças de famílias abastadas, iniciadas nas primeiras letras em casa, por seus familiares ou preceptoras.

Em oposição à influência greco-latina, segue-se uma seção em que estuda a “Etimologia das palavras”, em que, na realidade, estuda a flexão de grau, a que chama de derivação, e a composição vocabular.

No capítulo seguinte, vem a Sintaxe, iniciando pela concordância, para, na sequência, partir para os complementos. Ao iniciar o capítulo pela concordância, revela, mais uma vez, mesmo que implicitamente, a gramática uma “arte de falar e escrever” a Língua Portuguesa. Seguem-se aulas de regência, em que aponta o emprego de várias preposições, pronomes. Na mesma seção, retoma verbos e advérbios.

Na seção em que leciona orações, ancorado novamente, no modelo da gramática de inspiração tradicional, discorre sobre tempos e modos e ligação das orações. Na sequência, trata da subordinação e da coordenação e retoma, mais uma vez, o emprego dos tempos e modos verbais,

mostrando-nos que, de fato, considera o verbo a “palavra por excelência”. Na seção subsequente, leciona colocação.

Discorre, em apêndice, sobre ortoepia, ortografia e pontuação e finaliza os estudos com modelos de análise sintática, comungando com os preceitos da escola, cujo modelo difundia o ideal de que, para que os alunos pudessem aprender, deveriam desenvolver por si seu saber. “O aprendizado é feito, tanto quanto possível, pelo educando. Da mesma forma que se exercita fisicamente para melhorar as condições do corpo, ele pensa e esforça-se pensando, para chegar a conclusões exatas e seguras para aplicá-las (...)” (TOLEDO, 1930, p. 12).

2.2. Resumo da Grammatica Preparatoria da Infância por Perguntas e Respostas

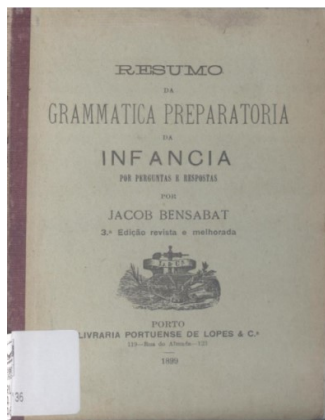


Imagem 4 – Capa da Gramática de Jacob Benzabat.

Do autor

Pouquíssimas informações há a respeito desse autor. Sabemos que trabalhou na Marinha, possivelmente, como mestre e deve ter tido importante influência no desenvolvimento dos Liceus portugueses, criados a partir de 1802, em substituição as escolas centrais ou aulas avulsas, legados da saída da Companhia de Jesus como elemento principal da escolarização tanto no Brasil quanto em Portugal.

Da obra (Visão geral)

O “Resumo da Grammatica Preparatoria da Infância por Perguntas e Respostas”, de Jacob Benzabat, publicada em Portugal em 1899. Portugal vivia grandes mudanças de ordem político-social, incluindo o educacional. Especialmente, em relação aos estudos gramaticais, tanto como no Brasil, coexistiam duas maneiras de compreender a gramática: aquela amparada nos preceitos das obras de inspiração filosófica e uma outra, alicerçada nas de preceitos histórico-comparativos. Na obra em pauta, composta por 74 páginas, o autor pretende ensinar a gramática da Língua Portuguesa para crianças de 7 a 8 anos de “forma simples e clara” (p. IV), informando: “Cada lição indicada em grandes caracteres no alto da página está disposta de modo que acompanhada do respectivo exercício não exceda a esta mesma página” (p. IV), conforme se pode ver a seguir:

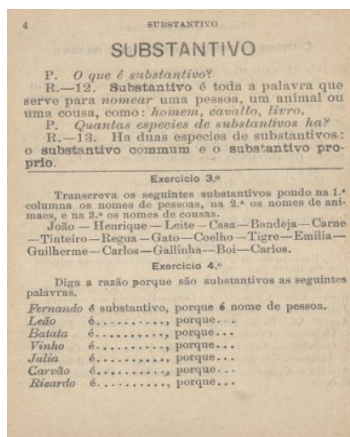


Imagem 5 – Resumo da Grammatica, p. 4.

Para tanto, utiliza-se do método de pergunta e resposta: “Uma regra de duas a três linhas responde a uma pergunta (...), e isto combinado de maneira que a resposta, compreendendo em si a pergunta, abranja a regra em sua totalidade”. Diz o autor no Prólogo da obra que não apenas a forma, mas a repetição auxiliaria a criança a “exercitar a inteligência” e, por consequência, a fixar as regras com mais facilidade (p. 3).

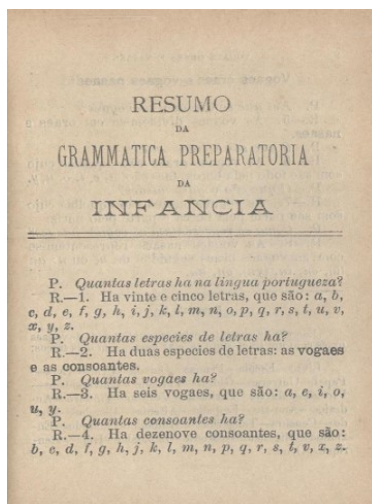


Imagem 6 – Resumo da Grammatica, p. 1.

Recordemo-nos de que a *Ratio Studiorum*, método adotado pelos jesuítas, compreendia a *correção, repetição, explicação ou preleção, interrogação e ditado*, dando especial atenção à repetição.

O autor esclarece que lançara a obra, em virtude da grande recepção obtida por sua gramática anterior “Gramática das Escolas Primárias”, publicada essa em 1882, dirigida especialmente a crianças de 7 a 8 anos.

Afirma que poucas eram as obras portuguesas sob o título de “elementares” que contivessem, de fato, tanto em sua matéria, como na sua forma, dados precisos pelos quais fosse possível inferir que houvessem sido elaboradas para esse fim. Concordamos com o autor. Vimos há pouco, que os autores diminuían o tamanho da impressão, mas o conteúdo, na maioria, continua bastante denso.

Benzabat julga ser um “absurdo” que obras destinadas a cursos elementares pudessem ser apenas “adaptadas” às crianças, informando que para elas deveriam as obras seguir os preceitos pedagógicos divulgados na ocasião. A Psicologia e a Pedagogia começavam a ganhar domínio e com elas a se pensar a criança como tal.

Benzabat não apresenta a concepção de gramática adotada por ele, mas sugere uma divisão em 3 partes. Assim, depreende-se que é iniciada

com o que hoje compreendemos ser *fonética*, que, relembramos, não é objeto de nossa análise.

Seguem-se as classes gramaticais, que para ele são 8: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição, mostrando sua filiação ao modelo greco-latino. Considera dois gêneros, como o fizera Silva Dias: o masculino e o feminino, explicando que há dois gêneros em português, um para nomes de homens e outros para os de mulheres.

Em oposição a Silva Dias, considera o artigo, não o define, mas explica, aplicando seu método de pergunta e resposta, conforme o exemplo:

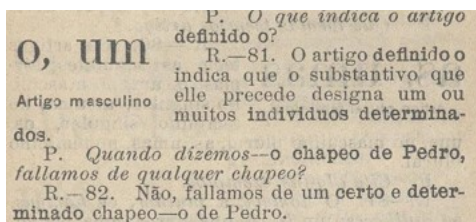


Imagem 7 – Resumo da Grammatica, p. 8.

Ao explicar a função do artigo, mostra seu valor determinativo: “...falamos de um certo e determinado chapéu”.

Na sequência, parte os pronomes em pessoais, possessivos, demonstrativos e relativos.

Quanto ao verbo, vale pontuar que, já no Prólogo, informa: “O verbo é o elemento essencial do discurso” e, por isso, desde as primeiras páginas oferece às crianças o aprendizado dos principais verbos de uso geral, para “preparar a criança para a conjugação”.

A essa classe gramatical são dedicadas inúmeras páginas, mais da metade da obra, novamente mostrando-nos que entende o verbo como “palavra por excelência”.

Termina a obra com uma brevíssima parte que, hoje, entendemos ser *sintaxe*, fornecendo noções de concordância e complementos verbais.

2.3. Gramática das Crianças⁵⁸

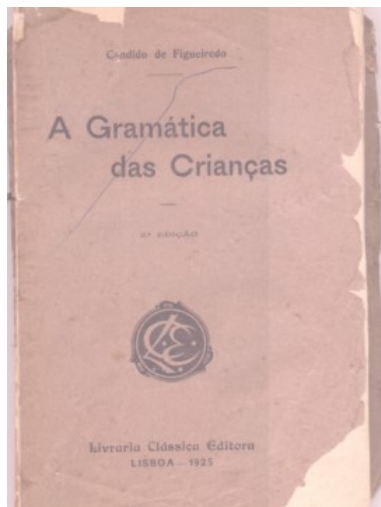


Imagem 8 – capa da Gramática de Cândido Figueiredo.

Do autor

António Cândido de Figueiredo nasceu em Lobão da Beira, Tondela, em 19 de Setembro de 1846 e faleceu em Lisboa, 26 de Setembro de 1925. Filólogo e escritor português, autor de inúmeras obras a respeito da Língua Portuguesa, além de análises críticas, ficção, romances, versos, prosas. Somem-se também estudos de ciências morais e sociais (Direito, História, Geografia), traduções e periódicos. Produziu escritos de ficção e crítica, entre as quais "Lisboa no ano 3000", obra de crítica social e institucional, saída a público em 1892. Foi um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa e sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras⁵⁹.

⁵⁸ Como já se falou anteriormente, análise mais acurada da obra encontra-se em Fávoro e Molina (2019).

⁵⁹ Dados recolhidos principalmente da Wikipedia e Atualidades Ornitológicas Nº 135 - Janeiro/Fevereiro 2007 - www.ao.com.br, acesso em 13.02.2014.

Visão geral da obra

A segunda edição da obra, datada de 1925, está assim organizada: *Prefácio*, *Primeiras ideias*, seguidas de 4 partes e mais um *Capítulo complementar*, reunidos em cento e onze páginas. O volume é de pequenas dimensões, como os demais analisados, medindo 12,0 por 18,5 cm. A publicação foi da *Livraria Clássica Editora*, como já mencionado, portuguesa.

No *Prefácio*, trasladado da primeira edição, publicada em 1918, Cândido de Figueiredo escrevia *Aos pais e aos Mestres de crianças*:

(...) Em geral, os gramáticos de mais competência e saber não escreveram para crianças. Homens de ciência, adestrados na técnica da alta filologia, dificilmente baixam da sua elevada esfera, para que os ouçam e os compreendam as pequenas criaturas, que procuram o primeiro ensinamento metódico da arte de falar e escrever sua língua; e o modesto professor, que fala a essas crianças, e a quem não impende a missão do reformador, acata o processo dos sábios. Tentando transmiti-lo a quem tarde o compreenderá (...) (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1925, p. 5)

criticando o fazer pedagógico dos professores que ministravam aulas de Língua Portuguesa às crianças, sem se preocuparem com as particularidades que, segundo ele, deveriam ser consideradas para esse tipo de estudante. Por conta disso, esclarece que *simplificara* muitas coisas que se lhe pareciam *complicadas* para o primeiro ensino e abolira outras que “se não coadunam com a capacidade de cérebro, escassamente aluminados” (p. 9).

Assim, em 1918, dá ele a público em Lisboa a primeira edição da *Gramática da Infância*, considerando já a criança como tal e procurando moldar-se às suas necessidades. Essa obra iniciaria muitos portugueses e brasileiros em nossa gramática no primeiro quartel do século XX. Vamos a ela.

O capítulo introdutório é iniciado com conceituações do que se *jama fala, língua e língua portuguesa*. Informa “Fala, dom especial do gênero humano, é o meio principal por que manifestamos os nossos pensamentos, os nossos sentimentos e as nossas vontades” (p. 11). *Língua* é o “falar adotado por uma ou mais nações”. E, em relação à *língua portuguesa*, ensina: “é o falar que se usa em Portugal, nas suas colônias e no Brasil (...) e, entre todas as línguas que se falam no mundo, é uma das mais belas e opulentas” (p. 11), revelando sua paixão por nosso idioma.

Na sequência, apresenta uma afirmação bastante “peculiar” para época: “As regras deduzidas da prática da linguagem, quando essa práti-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ca é legítima⁶⁰, constituem o que se chama de *gramática*” (p. 11). Vemos que, apesar de considerar o uso, refere-se ao “bom uso”, como prescreviam os estudiosos ancorados no modelo de inspiração tradicional.

Ao definir gramática, une os pressupostos tradicionais aos dos advindos da gramática de inspiração científica:

Gramática é pois a arte de exprimir o pensamento, o sentimento e a vontade, por meio da palavra falada ou escrita, e segundo as regras que se deduzem da prática legítima da linguagem.

Em menos palavras: *gramática* é a exposição metódica dos fatos da linguagem. (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1925, p. 12)

Inferimos que os pressupostos das obras de inspiração no modelo histórico-comparativo ainda não estavam bem assentadas para esse estudo que fora formado pelas de inspiração filosófica.

A segunda parte de sua obra: “As formas da linguagem” estão organizadas em dois capítulos, subdividindo-os ora em seções e subseções, ora em parágrafos, dependendo das particularidades do assunto.

No primeiro capítulo, “Organização das palavras”, inicia informando que as palavras organizam-se em primitivas, derivadas, simples e compostas.

Finaliza esta parte, especificando o que seriam prefixos, da mesma maneira como hoje os entendemos.

No segundo capítulo desta parte, ensina as espécies de palavras, classificando-as em 10: substantivos, adjetivos, numerais, pronomes, artigos, verbos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições, como anos mais tarde seria fixado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

Neste capítulo, chama especial atenção o tratamento dado ao pronome. Diz o autor:

Pronome, rigorosamente, significa palavra que se emprega em vez de um nome: mas chamam-se *pronomes* não só as palavras que substituem nomes, isto é, substantivos e adjetivos, senão também as que substituem outros pronomes, parte de uma frase e até uma frase inteira. (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1925, p. 43)

Muitos anos depois, discutindo coesão textual, Fávero (2001), ensinaria:

⁶⁰ Legítima usada como sinônimo de “correta”.

A substituição se dá quando um componente é retomado ou precedido por uma *pró-forma* (elemento gramatical representante de uma categoria como, por exemplo, o nome; caracteriza-se por baixa densidade sêmica: traz as marcas do que substitui). No caso de retomada, tem-se uma *anáfora* e, no caso de sucessão, uma *catáfora*. As *pró-formas* podem ser *pronominais, verbais, adverbiais, numerais*, e exercem função de *pró-sintagma, pro constituínte* ou *pró-oração*. (FÁVERO, 2001, p.19)

Em relação ao artigo, o Cândido de Figueiredo apresenta a mesma classificação encontrada hoje. Quanto ao verbo, traz um minucioso estudo, em nada parecendo uma obra dirigida para criança. Caminha, neste conteúdo, por tempos simples e compostos, verbos pronominais, auxiliares, regulares e irregulares, na voz passiva e ativa, demonstrando, mesmo que sub-repticiamente, a importância dada a esta classe gramatical.

Minucioso também é o conteúdo das preposições, diferentemente das conjunções e interjeições, assunto com o qual encerra esse assunto.

A terceira parte encontra-se dividida em 3 capítulos; no primeiro, intitulado *Ideias Gerais*, explicita o que é oração e período. Depois, adotando as tendências das gramáticas contemporâneas, informa “Em cada oração, há dois elementos essenciais, que se chamam *sujeito* e *predicado*. (p. 75). Continua ensinando que, numa oração o que não constituir o *sujeito* nem o *predicado* será: predicativo, complemento, aposto, vocativo ou partícula expletiva ou interjetiva. Tratando particularmente de cada caso.

No segundo capítulo, expõe, de forma breve, a concordância das palavras, esclarecendo em nota: “Muitos outros casos se podem dar de concordância verbal, mas o seu estudo e apreciação melhor se justificam em grau mais elevado do ensino gramatical” (p. 80).

No terceiro e último capítulo desta parte, ensina a função sintática de cada uma das classes gramaticais.

Em relação a elas, destacamos a discussão acerca do pronome *se*. Naquela ocasião muitos eram os embates relativos a ele, uns considerando-o índice de indeterminação do sujeito e outros, índice de apassivação. Assim se expressa nosso estudioso:

O pronome *se* nunca é sujeito, não obstante a opinião contrária de alguns estudiosos. Quando dizemos: entre-se numa escola, o *se* não é sujeito da oração, é uma partícula que apassiva impessoalmente um verbo, a que, em tais condições, raramente foi empregada por mestres. O que es-

tes preferem em vez daquele exemplo é: *entremos numa escola*, ou *entrem numa escola*. (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1925, p. 85)

Tal questão fora ensejada, porque muitos acreditavam que o *nosso se* era uma partícula similar ao *on* do francês.

Na brevíssima quarta parte (com apenas 3 páginas), trata das orações coordenadas e subordinadas, explicitando a diferença entre ambas, mas não apresentando aquelas habituais e minuciosas classificações, finalizando: “Estas nomenclaturas e classificações interessam porém escassamente aos primeiros estudos de língua nacional” (p. 105).

A obra de Cândido de Figueiredo é finalizada com o Capítulo Complementar em que discorre sobre A boa linguagem.

Este é um adendo em que preceitua o que deve fazer quem deseja falar e escrever bem a nossa língua:

(...) tem que empregar palavras e expressões que sejam próprias da nossa língua e daqueles que melhor a conhecem e praticam; construir frases, segundo os preceitos que os gramáticos deduziram da prática dos mestres; e empregar palavras e frases, cujo sentido facilmente se compreenda. (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1925, p.109)

Podemos depreender por essas “orientações” que o autor abominava os estrangeirismos e a prolixidade. Como já citado, os primeiros eram execrados por muitos estudiosos, porque julgavam eles que esses conspurcavam nosso idioma. Lembremo-nos de que ainda vigorava o evolucionismo e a pureza de todos os seres, inclusive das palavras, deveria ser mantida. Quanto à prolixidade, Cândido de Figueiredo utilizava o jornal como meio de comunicação, assim escrever de forma a ser compreendido, julgamos, devesse ser um fim a ser alcançado.

Para finalizar, importa pontuar que o autor recebeu inúmeras críticas de importantes estudiosos. Said Ali, por exemplo, em suas *Dificuldades da língua portuguesa (Op. cit.)*, em vários pontos gramaticais critica sua posição. Apesar disso, dada a produtividade do autor e a penetração de sua obra, não só em Portugal, podemos de inscrevê-lo como nome importante na História das Ideias Linguísticas também no Brasil.

3. Conclusões

Antes de começar a discussão dos dados, relembremos Foucault (1990, p. 305), quando afirma que todos os documentos dizem-nos mais do que aquilo que o autor pensava, ou que pensava haver acontecido. Os

documentos, em especial as gramáticas, olhados sob uma perspectiva histográfica, contam-nos sobre o momento histórico em que foram engendrados, das correntes filosóficas que habitavam o imaginário dos homens daquele tempo, a escola literária em quem os autores se inspiravam, a compreensão mesmo de língua que norteava o fazer gramatical.

Assim, o papel do historiador, mais particularmente, do historiador da linguagem, é o de trabalhar sobre o material de análise, fazer as inter-relações possíveis e buscar “decifrá-lo”, enxergando o que nos dizem aqueles textos.

Já sabemos que a escola, sobretudo a secundária, os liceus, em Portugal eram para a elite e que frequentar a escola primária, pelo menos, era muito importante para a inserção do indivíduo na sociedade. Sabemos também que esse foi o período de surgimento de várias obras destinadas às crianças, por causa dos avanços da Pedagogia e da Psicologia.

A gramática de Silva Dias é densa e quer nos parecer utilizada por um público que já tivera as primeiras letras ou com preceptores com em escolas não oficiais. O conteúdo nela abortado é vasto, com minúcias que pressupõe um leitor já iniciado nos estudos gramaticais.

A obra de Benzabat, por outro lado, parece-nos dirigida especialmente para crianças menores, adotando o método de perguntas e respostas (Teoria Filantrópica, conforme já explicitamos, valendo-se da técnica socrática). Parece-nos que se trata de um questionário apoiado em uma outra obra.

A de Cândido de Figueiredo, embora prenuncie-se como dirigida à criança, é densa e também pressupõe um leitor já iniciado (e bem iniciado) nas letras.

De toda forma, as obras foram escritas por homens portugueses para homens portugueses. Pontue-se que aquele contexto era muito semelhante ao que vivíamos aqui no Brasil: preocupações similares, ideais (não fosse a perda da coroa) paralelos, escola quase idêntica, em que reformas e mais reformas se avolumavam no papel, mas não se transformavam em prática. As gramáticas lá produzidas eram, como era de se esperar, muito semelhantes com as dadas a lume aqui: escritas para crianças, pressupondo um leitor já conhecedor do objeto gramatical. Além disso, muitas, como a de Epifânio foram adotadas aqui e lá, simultaneamente.

De toda a forma, compreendendo a gramática como documento de um período gramatical e pressupondo um “pacto de confiança entre historiador e seu leitor” (CHARTIER, 1990), as gramáticas mostram como eram os pensamentos gramaticais dos homens daquele época e como se imaginava o mundo infantil, que se buscava a compreender (ARIÈS, 1986).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias:

BENSABAT, Jacob. *Resumo da Grammatica Preparatoria da Infancia*. Livraria Portuense de Lopes & ca., 1899.

FIGUEIREDO, C. *Gramática da Infância*. Porto: Livraria Clássica Editora, 2. ed., 1925.

DA SILVA DIAS, Augusto Epifânio. *Grammatica Portugetza Elementar*. Livraria escolar de A. Ferreira Machado & ca., 1894.

Fontes secundárias:

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Trad. de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986 [1981]

CHARTIER, R. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. de Mary Del Priore, Brasília: Editora UnB, 1998.

_____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Gramática Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

FÁVERO, L. L. *As Concepções Linguísticas no Século XVIII – A*

_____. *Gramática é a Arte...* In: *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e da constituição da Língua Nacional*, MT: Unemat, 2001a

_____; MOLINA, M.A.G. *As concepções linguísticas no século XIX: A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. *As concepções linguísticas no Brasil no século XIX e início do XX: Gramáticas da infância*. São Paulo: Terracota, 2019.

- FOUCAULT, M. *O Pensamento do exterior*. São Paulo: Princípio, 1990.
- NAGLE, J. *Educação e Sociedade*. São Paulo: EPU, 1976.
- OLIVEIRA, A de Almeida. *O Ensino público*. São Luís: [s.n], 1874.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo-SP: Cortez, 2002.
- ROBIN; BERGEAUD. *Le Français par le Méthode Directe*. Premier Livre. Paris: Librairie Hachette, 1941.
- SILVA, F. R. *A alfabetização no Antigo Regime*. In: *Revista da Faculdade de Letras*. disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2044.pdf>. Acesso em 07/06/2019
- _____. *História da Alfabetização em Portugal: fontes, métodos e resultados*. acessível em: www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15174.pdf - acesso em 07/06/2019.
- TOLEDO, J. *Didactica nas escolas primárias*. Livraria Liberdade, 1930.

Leis e Constituições:

Constituição Portuguesa de 1822 – disponível em <https://www.fd.unl.pt/anexos/Investigacao/7511.pdf> – acesso em 10/06/2019

Decreto de 7 de Setembro de 1835, promulgado por Rodrigo da Fonseca Magalhães, cf www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1834.html.